

Prefeitura de Campo Grande quebra descrenças e promove a regularização fundiária da comunidade indígena Estrela da Manhã

No total, 69 famílias foram beneficiadas pelo instrumento jurídico que confere cidadania, dignidade e a segurança para a manutenção de suas tradições na Capital

A ocupação irregular conhecida por Estrela da Manhã, localizada no Bairro Jardim Noroeste, cujo loteamento havia sido aprovado desde 1963, foi concretizada com êxito pela Prefeitura de Campo Grande. A comunidade indígena, que integra 69 famílias, aguardava há mais de 3 anos por essa oportunidade. Sob condições insalubres de moradia, os indígenas realizaram um sonho de poder seguir adiante com a sua cultura e tradições ancestrais.

A Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (Amhasf) realizou o trabalho técnico, com a coleta de documentação e análise de viabilidade diante da Lei Federal nº 13.456/17. Além disso, esteve várias vezes junto à comunidade para ouvir as suas necessidades e especificidades, bem como realizou o levantamento topográfico, a emissão das CRFs (Certidões de Regularização Fundiária) e promoveu a assinatura dos contratos, em evento ocorrido em junho de 2022.

Algumas famílias foram reassentadas em local próximo, a fim de adequar-se ao parcelamento proposto no projeto. O local fica na Região Urbana do Prosa. Logo após a assinatura dos contratos, as famílias obtiveram autorização imediata para solicitar as ligações regulares de água e energia elétrica. Dessa maneira, o Executivo Municipal estimulou a inclusão social das famílias indígenas de forma a garantir que estes tenham suas culturas, tradições e histórias respeitadas e inseridas no meio urbano.

Da descrença à transformação

As famílias que ocuparam os lotes oferecidos pela Prefeitura de Campo Grande, de início permaneceram em barracos, porém, foram beneficiadas com o Kit Melhoria, uma das modalidades que integra o inovador programa Credihabita, da Amhasf, onde receberam o valor de 6 mil reais cada, subsidiados pelo Executivo Municipal e estão iniciando a construção de suas casas em alvenaria, melhorando condição de habitabilidade.

“Avançamos para que mais famílias tenham acesso ao instrumento legal da regularização fundiária. Essa comunidade já consolidada agora poderá abrigar essa e as próximas gerações com tranquilidade e segurança jurídica, o que estimula a melhoria dos imóveis, a valorização do entorno e o desenvolvimento local”, afirmou Maria Helena Bughi, diretora-presidente da Amhasf.